**João** **N’gola** **Trindade**

 **Recensão crítica do Choque de Civilizações de Samuel Huntington**

Em 1997 a Editora Objetiva publicou em língua portuguesa o livro de Samuel Huntington, intitulado *O Choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial,* no qual o autordefende a tese segundo a qual os Estados cujos povos possuem valores culturais afins tendem a cooperar na defesa dos seus interesses.

Contrariamente a tendência seguida pelos especialistas que se debruçaram sobre esta obra, a análise que se segue estará virada somente para a abordagem do autor sobre o continente africano que, em sua opinião, não possui uma civilização genuina, isto é, africana, na medida em que o norte de África possui uma civilização islâmica, ao passo que a civilização ocidental chegou ao seu interior no séc. XV com os colonizadores/cristãos (HUNTINGTON 1997:53-54, 168).

 Acrescenta ainda que a Etiópia possui uma civilização própria, sendo por isso considerada por si como um *país* *isolado* de ponto de vista cultural. Por último, afirma que o Ocidente foi a única civilização que terá exercido “um impacto grande – e, por vezes, avassalador - sobre as outras civilizações” (HUNTINGTON 1997: 227).

A análise em torno dos pontos abordados por Samuel Huntington fundamenta-se na História Universal, particularmente na História de África, revistas por Cheikh Anta Diop em quem iremos buscar elementos que irão suportar a nossa argumentação. Porém, convém que façamos uma breve abordagem em torno do ponto de vista do autor sobre o conceito de civilização.

**Conceito de civilização**

Samuel Huntington (1997: 46-47) discorda dos pensadores alemães que distinguiam a cultura da civilização e adopta a perspectiva braudeliana sobre este conceito. Para o académico americano “civilização e cultura se referem, ambas, ao estilo de vida em geral de um povo”, e afirma ainda que “uma civilização é uma cultura em escrita maior”.

O autor cita Bozemam para quem a civilização e cultura “envolvem ‘os valores, as normas, as instituições, os modos de pensar aos quais sucessivas gerações numa determinada sociedade atribuíram uma importância fundamental”.

A civilização nasce, desenvolve-se, e expande-se para fora do seu berço, podendo sobreviver ou desaparecer com o decorrer do tempo e no espaço. Por essa razão, ela é uma entidade cultural e não se restringe ao seu local de origem (HUNTINGTON 1997: 47-49).

A civilização pode ser definida como o conjunto de realizações humanas, técnicas, científicas, artísticas e culturais de um povo que contribuíram para o progresso da humanidade. Dito isto, passemos agora a análise das questões abordadas por Samuel Huntington.

**África: um continente sem civilização própria?**

O argumento exposto por Samuel Huntington relativo à inexistência de uma civilização genuinamente africana assenta no pensamento hegeliano que rejeitava a existência de civilização em África cuja História, segundo os intelectuais ocidentais, só poderia ser estudada com fontes escritas que para os mesmos não existia neste continente.

Felizmente este argumento tornou-se ultrapassado com a descoberta de fontes escritas não somente na Etiopia e no Egipto - no último se descobriu o *Livro* *dos* *Mortos*, por exemplo -, como noutras regiões do continente africano, como Angola na qual foram encontrados vestígios arqueológicos dos símbolos da *primitiva* *escrita* *umbundu* (MALUMBU, 2007).

Relativamente à Etiopia, Cheikh Anta Diop esclarece-nos que o passado histórico do Egipto não está dissociado da Etiópia. Segundo este historiador, “os Etíopes, e em seguida, os Egípcios criaram e elevaram a uma fase extraordinária de desenvolvimento todos os elementos da civilização [língua, ciência, religião, arte, escrita], enquanto os outros povos especialmente os Eurasianos, ainda estavam absortos na barbárie” (DIOP, 2015:44, 49, 75, 115,177).

Apesar de as realizações acima referidas testemunharem o génio criativo e inventivo do negro, Samuel Huntington é de opinião de que elas não existiram em África, com execepção para a Etiópia que para si estava isolada, isto é *separada* do resto continente. Na verdade, a descoberta dos fósseis humanos mais antigos na Etiópia, e o facto de os primeiros habitantes do Egípto terem sido negros, reforça a hipótese apresentada por Cheikh Anta Diop de que os Etíopes terão emigrado para o Egipto, sendo, portanto os antepassados dos Egípcios.

Esta hipótese é ainda reforçada pelos autores gregos da Antiguidade, entre eles Heródoto, que nos informam sobre as afinidades culturais existentes entre a Etiópia e o Egipto, como também por Champollion-Figeac (*apud* DIOP, 2015:44) que afirma o seguinte: “as primeiras tribos que habitaram o Egito, isto é, o Vale do Nilo, entre a catarata de Syene e o mar, vieram da Abissinia [Etiopia] para o Sennar”.

Portanto, a História de África não começa no séc. VII com a ocupação do Norte deste continente pelos muçulmanos, tampouco ainda com a chegada dos colonizadores/cristãos europeus no séc. XV; ela remonta aos primeiros tempos da existência humana na Etiopia, ponto de partida dos núbios (negros) que se instalaram no Egipto e aí criaram a civilização egípcia de origem africana (DIOP, 2015:75).

**Origem da civilização ocidental**

Embora seja um defensor da hegemonia ocidental, Samuel Huntington (1977: 56-57) reconhece na sua obra que a civilização ocidental desenvolveu-se por meio da “apropriação sequiosa e sistemática dos elementos adequados de outras civilizações” como a islâmica, e atribui aos árabes a difusão da pólvora na Europa no séc. XIV – invento que diz ter surgido na China.

Na verdade, este processo (de apropriação de elementos culturais criados fora da Europa) não começou no séc. IX, conforme o autor diz na sua obra. Durante a Antiguidade, os Gregos deslocaram-se frequentemente ao Egipto em busca de conhecimento detido pelos sacerdotes Egípcios; e ainda que se atribua a invenção da pólvora aos Chineses, a verdade é que este elemento surgiu pela primeira vez no Egipto onde os sacerdotes usavam-no apenas para fins religiosos (DIOP 2015:27).

A apropriação deste e de outros elementos criados em África, e não só, permitiram a Europa lançar-se na conquista do mundo e submeter os povos cujo estágio de desenvolvimento era superior em relação ao dos europeus. Infelizmente as relações estabelecidas a partir daí (séc. XV) foram marcadas pelo dominio de uns e a submissão dos outros.

A História da humanidade escrita pela Europa reflecte esta relação de dominação e de submissão. De acordo com Cheikh Anta Diop, a moderna *falsificação da história* tinha (e ainda tem) por objectivo apagar da memória do colonizado, particularmente o negro, todo o seu passado, as suas obras, e perpetuar a crença de que ele não prestou nenhum contributo à humanidade. Daí o mito, tornado dogma, de que somente aos europeus o mundo deve as maiores conquistas alcançadas ao longo da História.

A aceitação deste dogma contou grandemente com o apoio dos intelectuais ocidentais que, numa atitude semelhante a de Hegel, racista, exaltavam a Europa como centro da civilização e rejeitavam a existência desta em África. Portanto, não admira que o autor rejeite a existência de uma civilização africana. Porém, quando admite a possibilidade de ela existir, considera-a de *fraca* e coloca a civilização ocidental numa posição de superioridade em relação às outras civilizações.

A hierarquia de raças, e consequentemente o dominio de uma sobre as outras, de que fala Gobineau, dá assim lugar ao pensamento sobre a alegada superioridade da civilização ocidental.

**Unidade Cultural da África contra a hegemonia ocidental**

Para além de ter sido um sistema de exploração económica, a colonização de África foi acima de tudo um projecto de dominação psico-cultural que visava manter submisso o africano por via da “alienação mental” (FANON, 2008; ZENGO, 1994).

Este plano concebido pelas potências coloniais fora denunciado por Viriato da Cruz no Congresso dos Escritores e Artistas Negros realizado em Roma, em 1959, no qual o intelectual angolano chamou a atenção para o “enxerto da cultura ocidental” cujo objectivo era o de “falsear a nossa personalidade, criar em nós próprios profundos reflexos de que irão obrigar-nos, quando a hora da libertação soar [a adoptar] um comportamento de fidelidade [e de submissão] em relação à Europa”.

Eis a razão pela qual, os dirigentes africanos, após a conquista da independência dos países africanos, cientes da alienação cultural de que foram vítimas, definiram a identidade cultural dos seus povos como sendo africana (MACEDO 2010:9-10; KEITA 2011: 127-135).

Samuel Huntington (ibidem, 1997:228) afirma que as antigas colónias, depois de terem conquistado a “independência política, [...] [desejavam] se libertar do que consideraram como dominação económica, militar e cultural”. Este desejo ficou expresso no poema de Agostinho Neto, *Havemos de voltar,* no qual o autor fala sobre o retorno à cultura angolana, em particular, e à africana, em geral, como reacção a dominação cultural exercida sobre o angolano durante o periodo colonial e que tendia a mantê-lo *ad* *aeternum* na condição de mentalmente colonizado.

Entretanto, a fraqueza dos recém-criados Estados africanos no sistema internacional, dominado pelas ex-potências coloniais, tornava-os vulneráveis às investidas destas. (BENOT 1969:251-252).

A problemática da afirmação dos Estados africanos no sistema internacional fora analisada por Cheikh Anta Diop e Kwame Nkrumah, defensores da unidade continental. O primeiro propõe que a unidade de África esteja fundamentada nos aspectos culturais partilhados pelos povos africanos (o culto do fogo, o culto das cinzas, o culto dos ancestrais, parentesco línguístico, etc.). Samuel Huntington (1997:153) viria corroborar com esta tese ao afirmar o seguinte: “os povos e os países com culturas parecidas estão se juntando” e o oposto também acontece.

Segundo Viriato da Cruz, “as relações com as antigas metrópoles não podem ser mais proveitosas que aquelas que os diversos povos [africanos] possam estabelecer entre si”.

O historiador senegalês sugere a criação de oito zonas económicas de África, e que os seus recursos naturais e minerais sejam transformados pelos africanos para que se alcance a sua independência económica (DIOP 2014: 61,164-172; DIOP *apud* KEITA 2008:61-62, 72-75).

Para Kwame Nkrumah *África deve unir-se* e esta união deve culminar com um Estado forte economica e politicamente. De acordo com o estadista ganês, o Estado Federal deve ser regido por uma constituição no qual os estados membros conservarão as suas soberanias, cabendo ao governo central a pasta dos Negócios Estrangeiros, da Defesa, Finanças e da Economia.

**Conclusões**

“A História da Humanidade é”, de acordo com Samuel Huntington, “a História das civilizações”. Como discurso, ela apresenta-se como: a) eurocentrismo: por um lado, é a rejeição do passado histórico do homem africano e das suas realizações, e do outro lado, é a exaltação da Europa como berço (?) da civilização do mundo. Poderíamos também chamá-lo de discurso de apropriação e de inversão na medida em que ele se apropria do passado de África que apesar de ter civilizado o mundo é considerada como não tendo uma civilização própria. b) Discurso de ruptura segundo o qual a África foi o berço da humanidade e da civilização que se difundiu por todo o mundo.

Em função do que acabámos de preescrever, conclue-se então que a tese de Samuel Huntington dá sequência a abordagem racista iniciada pelos intelectuais ocidentais durante a colonização de África, periodo durante o qual se justificou a presença europeia neste continente com a missão civilizadora.

A História da África é o estudo da origem e da evolução da humanidade; este processo teve início no continent africano e está documentado desde a Antiguidade. Portanto, a existência de fontes endógenas e exógenas – estas últimas formadas por autores gregos, portanto europeus – permite-nos conhecer a História de África de forma objectiva e do contributo que ela prestou ao progresso da humanidade.